

O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

AUTOR: Bruno Rodigheri ¹

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo (UPF)

ORIENTADORA: Profa. Dra. Janaína Rigo Santin

INTRODUÇÃO

A velocidade com que se alteram as dinâmicas de organização social na contemporaneidade reforça a ideia de que se a vida humana e social é dinâmica, a democracia também o é. Um Estado constituído sob a égide de um regime Democrático de Direito, como é o caso brasileiro, por conseguinte, acaba por ser dinâmico, plural e permanentemente mutável. A decorrência natural dessa mutabilidade permanente é a (re)discussão constante do Estado brasileiro: sua forma de organização e a eficiência de seus mecanismos institucionalizados. Partindo dessa premissa, a pesquisa ora apresentada tece considerações acerca da forma federativa de Estado, na qual o Brasil se assenta, como sendo, esta, instrumento fulcral para realização do ideal democrático.

METODOLOGIA, DISCUSSÕES E RESULTADOS

Por meio de método dialético-dedutivo, a pesquisa aborda a materialização da perspectiva federalista lavrada na Constituição de 1988 não apenas como a alocação geográfica adequada à forma de Estado adotada; A questão federalista deve ser considerada sob os múltiplos aspectos que a compõem. Para tanto, é necessário vislumbrar o caráter instrumental dado, pelo ordenamento constitucional promulgado em 1988, ao modelo federativo escolhido.

A efetivação dos objetivos perquiridos pela Carta Magna passa pela solidificação da instrumentalidade de cada componente do documento constituinte. Perquirir os objetivos políticos inculcados na adoção da forma federada de Estado vai ensejar um estudo mais consistente acerca da eficácia da função estatal de promover os direitos básicos da coletividade.

Se experiências federalistas descortinadas pelo mundo caracterizam-se pela conjugação de poder central e poderes estatais, apenas, a Federação brasileira distingue-se pela forte contribuição do poder local e das bandeiras municipalistas em sua formação política, alçando oficialmente o Município à condição de ente federado em 1988. Tal fato corrobora a vocação descentralizadora e democrática da Constituição Federal, buscando a promoção da cidadania por meio de uma democracia aberta e próxima da sociedade civil.

O objetivo central da pesquisa tem sido questionar a autonomia do ente municipal dentro do pacto federativo, bem como a implementação e funcionamento de instrumentos inteligentes de gestão democrática dentro do município, promovendo uma ampla abordagem acerca da eficácia da Federação brasileira na construção de uma cultura democrática.

¹ Pesquisador Bolsista de Iniciação Científica do CNPq; Membro do grupo de pesquisa Poder e Relações Sociais.